



# PERSPECTIVAS DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

*Isabel Soares de Sousa  
Maria Cecília Rosinski Lima Gomes*

# PERSPECTIVAS DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS

*Isabel Soares de Sousa*  
*Maria Cecília Rosinski Lima Gomes*

---

Neste livro, foram reunidas informações de um universo de mais de 2,3 mil km<sup>2</sup> de extensão que conecta duas bacias hidrográficas, as dos rios Solimões e Negro, comportando quase 4 mil moradores de 86 localidades na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) - um intenso trabalho de pesquisa, com elementos desde a formação geológica da região até as características de vida de seus habitantes na atualidade.

Destacamos os achados arqueológicos, de valor inestimável para a compreensão da ocupação da Amazônia de hoje, e a rica biodiversidade de flora e fauna registradas nas áreas de várzea e no entorno do lago Amanã e de seus tributários. A importância da caça de subsistência e a diversidade das espécies exploradas revelaram a dependência das populações locais com relação a estes recursos. Também foram levantados importantes dados sobre o desenvolvimento social, como o registro da redução da mortalidade infantil desde 2002, e a melhoria dos indicadores de alfabetização.

Mas há ainda muito trabalho de pesquisa a ser feito. Alguns locais da RDSA, especialmente as porções central e norte, bem como as áreas de campinas e campinaranas, e parte dos ambientes aquáticos, são *habitat* de biodiversidade ainda desconhecida e que demandam estudos básicos sobre suas populações humanas e não humanas. Nestes espaços, possivelmente inabitados, não há registro demográfico.

Neste caminho de unir os preceitos de pesquisa, conservação, fortalecimento

comunitário e qualidade de vida, o Instituto Mamirauá e seus parceiros, incluindo o governo Estado do Amazonas, traçaram, ao longo dos 18 anos de existência da RDSA, uma sólida fundamentação para a concretização de projetos de manejo sustentável dos recursos naturais. Até 2017, foram exploradas as temáticas de manejo de pesca para fins alimentares e ornamentais; manejo de sistemas agroflorestais; assim como manejo de recursos florestais não madeireiros, principalmente de talas, corantes e cipós. Contudo, a Reserva apresenta um grande potencial para implementação do manejo de outros recursos, como o patrimônio cênico através de atividades turísticas e extração de produtos não madeireiros.

Os planos de manejo de pesca para fins alimentares estão concentrados na porção de várzea da região sudoeste da RDSA, sendo que ainda existem demandas das comunidades locais por atividades de geração de renda e sistemas de lagos com potencial a ser expandido, principalmente no manejo de pirarucus (*Arapaima gigas*) e de outras espécies de pescado cujas extrações são regulamentadas pelo IBAMA. Para expansão do manejo de peixes ornamentais, torna-se necessária a realização de pesquisas e de levantamentos de estoques pesqueiros em novas áreas ainda não exploradas, como os igarapés da cabeceira do lago Amanã.

Os sistemas agroflorestais abrangem uma área mais ampla, tanto na várzea quanto na terra firme. A partir do diagnóstico das práticas tradicionais de uso de dezenas de espécies vegetais, seja para o cultivo ou

manejo, foi desenvolvida uma assessoria técnica para prestar suporte aos agricultores locais, com a implementação de áreas experimentais. Porém é necessário, ainda, desenvolver estudos sobre a cadeia produtiva dos principais itens da agricultura, incluindo espécies frutíferas. Atualmente, os agricultores vendem seus produtos para regatões e/ou no mercado local, nas sedes dos municípios do entorno da RDS, mas demonstram potencial para ofertar também ao mercado regional.

O manejo de recursos florestais não madeireiros, entre os quais destaca-se o cauçú (*Calathea lutea*), é desenvolvido por mulheres do setor Coraci, mas outras áreas também têm potencial de uso. Outros recursos da flora, como as oleaginosas, principalmente as sementes de andiroba (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera spp.*), atualmente se encontram em fase de estudo para avaliar a viabilidade de manejo e comercialização.

Destacamos também a potencialidade para manejo e criação de abelhas nativas sem ferrão. A atividade partiu da necessidade de proteger as colmeias encontradas em áreas de roçados, que geralmente são destruídas com as queimadas durante o preparo do plantio. Alguns agricultores têm demonstrado interesse na produção de mel e produtos relacionados, já que existe uma demanda no mercado local e os preços são atrativos. Para o futuro, estão previstos estudos da cadeia produtiva e a certificação desse recurso.

A gestão dos planos de manejo de recursos naturais vem sendo feita de forma compartilhada entre o Instituto Mamirauá, responsável técnico pela assessoria e capacitação dos comunitários, e as associações de produtores locais, responsáveis pela execução das ações de manejo. O desafio maior em um futuro próximo é promover a autonomia dessas associações para que possam assumir e desenvolver seus planos de manejo de forma mais independente.

Uma das estratégias visando a transferência de gestão dos planos de manejo é a realização de cursos de capacitação para potenciais multiplicadores da proposta. Nos últimos cinco anos, o Instituto Mamirauá vem promovendo esses cursos, capacitando técnicos de órgãos de extensão rural, como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas (IDAM) e as secretarias de produção dos municípios de abrangência da RDS, com o propósito de potencializar e multiplicar os esforços de

capacitação, bem como dividir a responsabilidade técnica.

Outra iniciativa é a capacitação mais intensiva de jovens comunitários para conduzirem algumas dessas atividades. A capacitação tem a duração de dois anos e é realizada no Centro Vocacional Tecnológico (CVT), uma escola de tecnologias sociais do Instituto Mamirauá. Os jovens são oriundos das associações corresponsáveis por desenvolver os planos de manejo de recursos naturais e a capacitação é focada em ferramentas de gestão para auxiliar suas respectivas associações.

A gestão da RDSA se apresenta ainda como o maior dos desafios. Diante da conjuntura política e econômica atual, as providências básicas inerentes à implementação de uma Unidade de Conservação, como a regularização fundiária e a fiscalização da área, não são realizadas de maneira adequada. As principais ações de vigilância são aquelas desenvolvidas em algumas áreas pelas comunidades, através dos Agentes Ambientais Voluntários. Tal situação tem como consequência as invasões e a extração ilegal de recursos, agravando as ameaças à conservação, à permanência de moradores e, mais recentemente, comprometendo até mesmo a segurança pública na região.

Por fim, os estudos registrados neste livro são subsídios para a discussão de uma proposta de zoneamento ambiental da RDSA, que será definida no Plano de Gestão da área e desenvolvida nos próximos anos. Com as bases para o manejo já estabelecidas, maiores investimentos poderão ser implementados pelos gestores da área, em consonância com estratégias internacionais de desenvolvimento e, principalmente, visando ações efetivas de conservação da biodiversidade e de uso sustentável dos recursos pelas populações locais.